

Apresentação

Chegamos à finalização do décimo ano de publicação do Jornal de Políticas Educacionais. Neste vigésimo número, do décimo volume, temos uma edição especial para os nossos leitores. Antes de tudo, porque trouxemos um texto comemorativo importante para a área de pesquisa em políticas educacionais. Trata-se do artigo que abre o número, de autoria do professor Carlos Roberto Jamil Cury (PUC-MG; UFMG), um dos maiores nomes da educação brasileira, e seguramente a maior referência nacional na discussão sobre o direito à educação.

Neste artigo, professor Cury analisa os vinte anos de promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394/1996, que foi promulgada em dezembro de 1996. Na digressão histórica, o autor nos localiza na trajetória da educação brasileira de aspectos e princípios fundantes, a qual resulta no texto da lei maior da educação nacional. A profunda análise promovida por professor Cury mostra, ainda, as alterações realizadas sobre o texto aprovado em 1996, ao longo deste período todo. O autor conclui mostrando os desafios na direção de se ampliar o reconhecimento e a efetivação do direito à educação no Brasil.

O artigo do professor chileno Christián Matamoros, da Universidad de Santiago de Chile, discute o sindicalismo docente no seu país. O autor é integrante ativo da Rede Aste (Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores da Educação), que vem promovendo encontros e estudos sobre a temática na América Latina. Neste trabalho, Matamoros coteja o papel e o posicionamento do Colégio de Professores diante da avaliação docente no início dos anos 2000. O autor mostra as disputas e as contradições deste processo, de maneira que o resultado foi um afastamento da maioria docente da posição de apoio à política de avaliação docente.

Um coletivo de autores, Ana Bliacheriene, Elisa Lucena, Marcus Braga e Temistocles de Oliveira Junior, proveniente de diferentes instituições, trazem uma discussão sobre o *accountability*, buscando revisar a literatura que trata da matéria e, especialmente, construir um modelo para análise do FUNDEB. Os autores concluem que há alguma fragilidade na estrutura de *accountability* no que tange à capacidade de se desenvolver o controle sobre os agentes e processos da política (de financiamento da educação).

As professoras Elisângela Scaff e Fabiana dos Santos, da UFGD, no quarto artigo deste número, debatem as eventuais contribuições do Plano de Ações Articuladas (PAR) para as conquistas no que tange à valorização docente, no estado do Mato Grosso do Sul. As autoras trabalharam com entrevistas e documentos e conseguiram identificar uma forte contribuição da mencionada ferramenta de planejamento na indução dos municípios para a constituição ou incremento de políticas de valorização docente, mesmo que nem sempre, o estabelecimento de tais políticas se converta em ações práticas, que de fato mudem a realidade do fenômeno em questão.

O artigo seguinte é de autoria de Míria Roos e Rosângela Fritsch, da UNISINOS, e versa sobre o ensino médio, em especial buscando analisar a implementação de uma proposta político-pedagógica de ensino médio politécnico no estado do Rio Grande do Sul. A partir do referencial do ciclo de políticas, de S. Ball, as autoras focam na identificação de possíveis impactos na melhoria da qualidade educacional a partir da mencionada política. O artigo endereça como conclusões que há problemas na comunicação, considerando que a proposta não foi entendida pela comunidade escolar, além de problemas atinentes à ausência de qualificação de gestores e professores quanto ao conteúdo da proposta dificultando a sua implementação e de falta de suporte financeiro para qualificação dos espaços e instalações necessárias em termos de infraestrutura. As autoras, em sua pesquisa, perceberam um índice elevado de evasão nas escolas e, finalmente, que a política em questão não atingiu objetivos pretendidos, ainda que tenha produzido alterações que poderão trazer retornos de qualidade no futuro.

O artigo da nossa colega de UFPR, Andréa Caldas, versa sobre a criação e efetivação dos conselhos municipais de educação. A autora discute acercadas tensões estabelecidas entre a centralização e descentralização, o poder nacional e local, bem como as diferentes concepções de gestão da educação, elementos que são emblemáticos na organização de espaços coletivos e ferramentas de organização e gestão da educação. O texto indica avanços e limites na construção da gestão democrática e observa o apoio e as dificuldades colocadas para o seu desenvolvimento (por meio dos conselhos) na educação nacional.

A professora Iana Lina, da UFRGS e Univille, em seu artigo indica elementos teórico-metodológicos para os pesquisadores em políticas educacionais, especialmente para aqueles que se debruçam sobre a relação Estado e educação. O artigo trata de dois elementos para correspondem aos seus objetivos. De um lado, discute o uso de uma dada política educacional como “janela” para pesquisas do campo. De outro, a autora apresenta a entrevista realista como ferramenta bastante adequada para viabilizar o uso de uma política pública como efetivo campo empírico no estudo sobre Estado e educação. O texto, à guisa de exemplo, apresenta o uso das duas contribuições teórico-metodológicas, por meio da descrição de uma pesquisa realizada pela autora, em seu doutoramento. A autora conclui evidenciando a fertilidade do campo de pesquisa em política educacional e o potencial da entrevista realista como uma ferramenta muito útil para este tipo de pesquisa.

O último artigo do número regular traz uma análise realizada pelos editores do JPE acerca de nossa produção nos dez anos de publicação do periódico. O artigo mostra um levantamento de todos os artigos publicados nos vinte números publicados em dez volumes, buscando olhar, neste panorama, o perfil dos autores (sua origem geográfica e institucional) e o dos temas dos trabalhos publicados. Consideramos as dificuldades encontradas, mas ao mesmo tempo olhamos para os limites que o JPE ainda apresenta em diversas frentes, particularmente na questão da endogenia e da velocidade e ritmo de publicação. Assim, em termos gerais, mostramos uma prevalência de trabalhos da mesma região e estado da revista, e uma relativa dependência temática do Núcleo de Políticas Educacionais da UFPR, instituição que publica o JPE, mesmo apresentando uma relação ampla de temas de pesquisa.

Ainda incluímos neste número, um artigo especial. Trata-se de uma homenagem em memória do professor Marcos Antônio de Oliveira, companheiro de departamento e de universidade, que estava conosco há pouco mais de dois anos, mas que infelizmente faleceu muito jovem, em julho deste ano de 2016. Neste artigo, o colega que era especialista em educação do campo, discute os resultados de uma pesquisa que ele coordenou na Região da Serra Catarinense/Brasil, na qual estudou acerca da continuidade da centralidade do trabalho agrícola como motor da dinâmica do desenvolvimento do meio rural. Incluímos este artigo inédito do professor, que ele havia enviado para um evento internacional, ao qual não alcançou participar. Assim, este trabalho entra neste número como um texto extra, de maneira que possamos registrar a contribuição do professor para a pesquisa.

Por fim, queremos informar nossos leitores que, a partir de 2017, com o volume 11, mudaremos nossa metodologia de publicação dos artigos, passando a publicá-los separadamente, um artigo de cada vez, considerando cada trabalho como um número próprio da revista, de maneira a garantir maior velocidade na disponibilização dos textos. Isto, todavia, não altera o processo de submissão e avaliação dos trabalhos.

Boa leitura a todos!

Os Editores